

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se em sua 8ª. Reunião Ordinária o CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP de Paranaguá, na sede da Autoridade Portuária - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, sito na Av. Ayrton Senna da Silva, 161, Paranaguá, Paraná, com a presença dos Srs. Conselheiros: Luiz Henrique Tessutti Dividino, Luiz Teixeira da Silva Junior, Lourenço Fregonese, Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira, Zulfiro Bósio, Antonio Pacheco, Rita de Kássia Nanami Abe, Juarez Moraes da Silva, Régis Prunzel, Adriano Dutra Emerick, Edson Cezar Aguiar, Blásio José Munchen, sob a presidência do Sr. Wilson do Egito Coelho Filho, para tratar da seguinte **Ordem do Dia: 1 Abertura dos Trabalhos; 2. Discussão e Aprovação da Ata relativa à 7ª. Reunião Ordinária do CAP; 3. Informações Gerais: 3.1. Relatório Gerencial da APPA - Representante do Poder Público pela Administração do Porto de Paranaguá - Conselheiro Luiz Teixeira da Silva Junior, 3.2. Apresentação dos trabalhos de atualização do Regimento Interno do CAP/Pguá, 3.3. Conclusão de definição da composição das Comissões Temáticas Internas do CAP/Pguá, 3.4. Apresentação do PDZPO do Porto de Paranaguá, 3.5. Apresentação do Projeto Piar em "T"; 4. Expediente: 4.1. Relatório de Atividades do OGMO; 4.2. Correspondências Expedidas e Recebidas.** O Sr. Presidente abriu os trabalhos saudando e agradecendo a presença de todos. A aprovação da Ata da última reunião ficou para a próxima reunião. Passou a palavra ao Sr. Diretor Presidente que saudou a todos e apresentou a nova Assessoria de Comunicação da APPA. Retomando a palavra, o Presidente informou que o Edital do Canal de Dragagem está sendo lançado em definitivo e sugeriu uma apresentação sobre o tema na próxima Reunião Ordinária. O Conselheiro Luiz Henrique Tessutti Dividino sugeriu que um representante da SEP participasse esta apresentação abordando principalmente as alterações nos aspectos ambientais e técnicos. Em seguida, foi passada a palavra ao Conselheiro Luiz Teixeira da Silva Junior para a apresentação do Relatório Gerencial da APPA. O Sr. Luiz Teixeira da Silva Junior iniciou saudando os presentes e passou a apresentar o Relatório comparativo ao ano de 2014 com 2013. Com relação à carga geral houve um acréscimo de 4%, no granel líquido houve um decréscimo de 7% e no granel sólido, entre importação e exportação também houve uma diminuição de 2%. Com relação ao fertilizante houve um acréscimo na importação de 5%. No que tange os contêineres houve aumento de exportação em 7% e importação ocorreu um decréscimo de 2%, os veículos seguem em queda, tanto para importar quanto para exportar. No Corredor de exportação, em destaque o milho, foi mantida uma média anual considerada boa. Já com relação aos modais, o ferroviário chegou a 18%, o rodoviário atingiu 76%, espelhando que a

movimentação de caminhões se mantém intensa e constante. Dando continuidade, o presidente passou a palavra ao Conselheiro Lourenço Fregonese para explanar sobre o novo Regimento Interno, este disse que foi feito um levantamento acerca do Regimento Interno e que foi disponibilizado um modelo aos Conselheiros que fazem parte da Comissão para que todos tivessem condições de contribuir com sugestões, soluções e críticas. Explanou também que foi feita uma compilação das leis e estudo de todos os Regimentos Internos dos Portos brasileiros. Salientou que foram seguidas as regras da Lei 12.815/2013. Atendendo o questionamento do Presidente quanto às mudanças efetivas entre o regimento interno vigente e o novo, o Conselheiro Lourenço Fregonese explicou que até 2013 os Portos do Brasil mantinham uma conduta e que a modificação primordial foi ter deixado de ser somente operacional. Acrescentou ainda que no trabalho realizado foram mantidos todos os direitos e deveres que estão descritos em legislação vigente. Por fim, o Conselheiro informou que nesta data haverá a primeira reunião da Comissão de Regimento Interno, onde o modelo enviado será discutido com os membros da Comissão e posteriormente o assunto será trazido ao CAP de Paranaguá. Retomando a palavra, o presidente passou para o tema seguinte que é a definição da composição das Comissões Internas do CAP de Paranaguá. O Conselheiro Luiz Henrique Tessutti Dividino informou que ainda há a necessidade de nomeação de membros representantes do Poder Público na Comissão de Regulação, na Comissão de Fomento e Produtividade e Infraestrutura e Meio Ambiente. Salientou o envio de comunicação aos entes informando a disponibilidade de vagas, porém não obtivemos retorno, portanto pediu a manifestação dos presentes para concluirmos este assunto. Propôs que esta definição fique para a próxima reunião. O presidente retomando a palavra passou para o seguinte assunto da Pauta tratando sobre a Poligonal dos Portos e passou a palavra ao Conselheiro Luiz Henrique Tessutti Dividino que expôs que quando a SEP baixou a Portaria 003/2014 sobre a revisão do PDPZO mantendo as premissas da anterior foi visualizada a necessidade de discussão da Poligonal, neste sentido a APPA formou um grupo de trabalho, por meio da Portaria 373/14 que realizou várias reuniões com a presença de vários setores com experiência no assunto que contribuíram para formar uma opinião do tema que foi amplamente discutido, abrangendo o assunto além Porto. Em dezembro de 2014, foi recebida pela APPA uma comunicação determinando um posicionamento imediato, tendo que apresentar manifestação no prazo de uma semana. Com isso, o grupo de trabalho se reuniu e fez o encerramento dos trabalhos já que o tema está em Audiência Pública, mas para não perder todo trabalho realizado, ficou acordado que seria importante trazer o tema para o CAP, para um debate com membros que representam setores interessados, com uma Comissão temática, trazendo inclusive todos os convidados que participaram das reuniões anteriores. A administração do Porto concordou com o grupo de trabalho sobre o encerramento. Este grupo fez um relatório com todo trabalho e

encaminhou ao Presidente solicitando a criação da Comissão Temática dentro do CAP. Havendo alteração ou não da Poligonal, acredita que é importante a discussão dentro do CAP, onde todos os seguimentos estão representados. Salientou ainda, que dentro das possibilidades e responsabilidades assumidas pela APPA, foi cumprido todos os pontos e que aguarda a resposta quanto ao pleito realizado. O Presidente tomou a palavra e explanou que o PDZPO vigente foi um trabalho bem elaborado, inclusive as colocações acerca do zoneamento de Paranaguá, Morretes e principalmente Pontal do Paraná, que seria a expansão do Porto de Paranaguá. A Poligonal seria uma área demarcada onde a Autoridade Portuária iria atuar, se dividindo em marítima e terrestre. A área marítima tem sua limitação mais bem resolvida, entende porem, que a terrestre ainda apresenta diversidades, em destaque a discussão sobre Pontal do Paraná, é uma questão que passa dos muros do Porto. A Conselheira Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira pediu a palavra e destacou que como representante há anos do Bloco dos Trabalhadores agradece a administração do Porto por abrir esta discussão. Sabe que não há unanimidades de opinião, mas que a forma que está sendo discutida pela APPA, deve ficar registrada, que não houve imposição de opinião, ao contrário, a administração do Porto abriu espaço para discutir o contraditório, para o diálogo. Solicitou ainda que se registre em Ata que a discussão não seja usada politicamente, mas seja revertida em prol do interesse público, que foi pelo que sempre lutou ao longo dos anos como Conselheira do CAP de Paranaguá. A Conselheira acrescentou que neste momento é essencial abrir a discussão do contraditório no CAP também, que implicaria em várias ideias e várias formas de se ver o tema, haja vista que uns veem a Poligonal como desenvolvimento outros não, e o não consenso pode dificultar todo cenário portuário. Por fim, solicitou que a Comissão seja instituída e que as pessoas que participaram dos estudos sejam convidadas e convidar os trabalhadores portuários para entender o que está acontecendo diretamente da fonte para que não cheguem a eles de forma deturpada. O presidente acrescentou que a Comissão e a APPA devem encontrar a melhor forma para evitar o crescimento desordenado e confusão. O conselheiro Luiz Henrique Tessutti Dividino contribuiu dizendo que esta Comissão temática já nasce com a condição da participação de convidados, pediu ao Presidente para colocar em votação esta condição exclusivamente a esta Comissão. O Conselheiro Juarez Moraes e Silva pediu a palavra e após os cumprimentos aos presentes, afirmou sua concordância com as colocações da Conselheira Maria do Socorro, e que neste momento, acredita que todos tem uma grande responsabilidade na discussão deste tema, pois com estas discussões mudará radicalmente um cenário de um Porto centenário e sua perspectiva futura, portanto, não se deve errar na dosagem. Acredita que ninguém seja contra o desenvolvimento, principalmente porque o potencial econômico que o Paraná apresenta também é sustentado pelo que o Porto tem oferecido. Entende que o fruto desta decisão deve possibilitar um crescimento absoluto, mas sem

comprometer o que já foi realizado. Como a discussão é de extrema complexidade e envolve muitos aspectos, a criação da Comissão é indispensável, mesmo que a competência seja do Poder concedente e este, por sua vez, vai ouvir toda cadeia produtiva do Paraná que está sendo veiculada nesta matéria. Alinha-se ao pensamento da Conselheira Maria do Socorro, primeiro que o aspecto público prevaleça sobre o privado, e segundo é necessário visualizar que serão colocados dois modelos teoricamente antagônicos na mesma base de área de influência, ou seja, um público, outro privado com diferenças radicais, se torna um desafio e tanto e que envolve não só Paranaguá, mas também Antonina, Pontal do Paraná e Imbocuí que não tem como desassociar do Porto de Paranaguá fisicamente e operacionalmente falando. Quando se fala em diminuir a Poligonal, é dizer que Paranaguá ficará como está. Por fim, acrescentou que a Comissão terá muito trabalho, mas que a decisão final seja refletida sobre todos estes componentes que sejam determinantes que seja feito algo melhor e não algo que implique num retrocesso, portanto todos os aspectos devem ser levados em consideração para se refletir adequadamente. O presidente retomando a palavra explicou que foi o Poder Concedente quem solicitou à APPA essa revisão, com isso, a SEP não vai impor nada, ela delegou este feito à Autoridade Portuária. O Conselheiro Zulfiro Bósio pedindo a palavra disse que como representante dos usuários o Comércio Exterior sempre frisa que sem usuário não há Porto e neste sentido é necessário pensar primeiramente no desenvolvimento portuário como um todo e que concorda na íntegra com as palavras do Conselheiro Juarez. Vislumbra a necessidade de pensarmos na sociedade que integra a Poligonal como um todo, seja importador ou exportador e por isso que, esta Comissão deve ser criada com urgência e que haja uma visão pró ativa e não conflitante para que todas as necessidades da sociedade sejam atendidas, seguindo o que determina a Lei, porém sem prejudicar o bom andamento do Porto. Pedindo a palavra, o Sr. Carlos Tortato expôs que com relação às discussões sobre a Poligonal, há uma preocupação da classe trabalhadora, tendo em vista que durante a discussão da Lei dos Portos sempre foi sinalizada uma preocupação com a inclusão de cláusulas sociais, no entanto, isso não aconteceu. É de conhecimento geral que os Tup's não tem obrigatoriedade de requisitar os trabalhadores avulsos, não do Sindicato, mas do Ogmo, porém o Ogmo é uma criação de empresários que o mantêm financeiramente, sendo um local para cursos, aperfeiçoamentos e reciclagem, ou seja, é onde está a mão de obra dos avulsos. Neste sentido, a preocupação é se estes trabalhadores terão condições de competir com Terminais privados ou Tup's dentro da mesma área. Ressalta que a Lei dos Portos, coloca no mesmo ambiente portuário uma concorrência predatória do Tup com o Porto público, com isso teme que os empresários percam o interesse de investir em Portos públicos. O presidente acrescentou que a revisão da Poligonal vai muito além das limitações de área, mas que acredita que Paranaguá tem condições de apresentar uma proposta consistente. O

Conselheiro Blásio José Munchen pediu a palavra para explanar que não haverá uma unanimidade de opinião tendo em vista que os interesses envolvidos são distintos. Corroborou com as colocações do Sr. Tortato, mas que vale a pena analisar o que está acontecendo ao nosso redor; um exemplo é como estaria o Porto de Itajaí sem os investimentos que ocorreram. No Porto de Santos há três novos Terminais, com algumas dificuldades de início, mas que hoje convivem bem, criando mais frente de trabalho e consequentemente mais carga. Já em Paranaguá, há tempos não ocorre nada de novo, assim, vai estagnando, obviamente tiveram investimentos, mas se tivermos um investimento maior para Paranaguá seria uma melhoria para todo município, m movimento maior gera uma economia satisfatória, melhoramento de renda, automaticamente abre mais frente de trabalho, mais carga e acaba trazendo mais investimento na infraestrutura de acesso ao Porto. Neste sentido, a discussão deve ser pautada apenas na forma de fazer, mas sem se colocar contrário ao desenvolvimento. Entende que para que os investimentos se tornarem possíveis, apenas é preciso achar um entendimento comum e visualizar que é uma oportunidade para Paranaguá e região de investimento maior do que está tendo. O Sr. João Arthur Mohr, representando o G7 pediu a palavra para falar sobre o posicionamento do G7 quanto aos assuntos abordados, já se posicionou favorável, inclusive dentro das reuniões do grupo de trabalho, a todo desenvolvimento e os vislumbra com esses investimentos direcionados para Paranaguá, Pontal do Paraná, Antonina, inclusive para beneficiará as empresas aqui instaladas, podendo expandir suas bases de, porque quem vão prestar os serviços, ou seja ter a mão de obra serão essas empresas aqui da região, e a preocupação é a mesma que os demais, a questão da simetria de atuação, procurando afastar as dificuldades e não os investimentos logísticos, ou seja, diminuir custos e o melhoramento da infraestrutura, do contrário os clientes irão buscar outros Portos, com condições de competir com estados ou países vizinhos. O Conselheiro Juarez destacou que os empresários não são contra a revisão da Poligonal, até defendem a análise de uma revisão com preocupação para alguns aspectos relevantes, como por exemplo, a questão do canal da Galheta. Em síntese, o que se pede é que seja feito um estudo aprofundado que estabeleçam o que tem que ser feito, com a viabilidade e os impactos ambientais e econômicos, preservando o que se tem de bom e olhar a demanda simetricamente para esta possibilidade de novos Terminais. O Conselheiro Luiz Henrique Tessutti Dividino propôs que seja primeiramente formada a Comissão para então o tema ser debatido e que fizéssemos uma votação para a escolha dos membros. A Conselheira Maria do Socorro sugeriu que o Poder Público faça parte da Comissão, porem que não fosse o Relator em função de ser um assunto politizado, pois é um assunto mais complexo que a discussão do PDPZO. O Presidente discordou da colocação da Conselheiro, esclarecendo que o Poder Concedente já delegou a Autoridade Portuária a missão de rever a Poligonal. O Conselheiro Edson salientou a importância da abertura que a APPA está

dando para a discussão do tema e que esta oportunidade deve ser bem aproveitada e sugeriu que a Marinha poderia assumir a Relatoria da Comissão. O Conselheiro Luiz Henrique Tessutti Dividino pediu a palavra para esclarecer que a dinâmica de trabalho será feita pelos componentes, a Relatoria será o suporte, que dará o parecer final, sendo o resultado negativo ou positivo, no Relatório Final estará tudo descrito de maneira idônea e com neutralidade, consolidando o pensamento da maioria. A Conselheira Maria do Socorro corrobora com a sugestão da Relatoria ficar a cargo da Marinha. O Conselheiro Luiz Henrique esclareceu que a APPA trouxe pessoas para palestras de vários setores durante o estudo do Grupo de Trabalho para termos condições de abrir para discussão. Primeiramente, o Presidente teria que aprovar a criação da Comissão e depois nomear os 4 (quatro) Titulares e 4 (quatro) suplentes, bem como, que constasse na Resolução a participação, nos estudos, dos nomeados pela Portaria 373/2014 e podendo ainda participar os demais Conselheiros do CAP de Paranaguá. Após, discussão a sugestão de membros seria: Representante do Poder Público (Autoridade Portuária) - Titular: Luiz Henrique Tessutti Dividino, Suplente: Lourenço Fregonese; Representantes do Poder Público (Autoridade Marítima) - Titular: Antonio Pacheco, Suplente: Avelino Freitas; Representantes da Classe Empresarial - Titular: Juarez Moraes e Silva, Suplente: Blásio José Munchen; Representantes da Classe Trabalhadora - Titular: Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira, Suplente: Carlos Antonio Tortato. Acrescentando que esta será a 8ª Comissão Temática do CAP de Paranaguá, intitulada "Comissão de revisão da Poligonal e do Porto Organizado". O Conselheiro Antonio Pacheco explicou que pode compor a Comissão, no entanto, não pode ser Relator em função de prerrogativas da Marinha do Brasil. O Conselheiro Luiz Henrique sugeriu que na primeira reunião seja feita a discussão sobre o Relator da Comissão e ficou acordada para o dia 28/01/2015 (quarta-feira) às 14:00. Dando continuidade, o Presidente passou a tratar do tema seguinte, acerca do PDZPO. Ficou acertado na última reunião que a APPA traria um resumo sobre os trabalhos realizados para a revisão do PDZPO. A palavra foi concedida ao Sr. Alex Ávila para que fizesse a explanação do tema. Após cumprimentar os presentes, o Sr. Alex informou que o material já foi encaminhado a SEP e que esta apresentação tem o objetivo de mostrar a dinâmica do grupo para poder chegar ao ponto que está atualmente. O trabalho foi dividido em 5 etapas: Adequação da Estrutura do PDZPO, seguindo a nova Portaria 003/2014, Atualização e Adequação do Cadastro das Instalações Portuárias e os Serviços de Apoio, com base de dados diferenciados, sendo uma exigência da SEP, com as novas diretrizes para elaboração do PDZPO e Atualização do Zoneamento, que são os mapas. Com relação a 1ª etapa, após estudos, discussões e ajustes, o volume do material diminuiu, pois há assuntos que passaram a constar no Master Plan ou no Plano de Logística Portuária (PLP). Na 2ª Etapa, foi a atualização de cadastro sobre o Porto, foram trazidas as informações que tínhamos anteriormente e realizadas as adequações exigidas



Avenida Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83203-800 - Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@appa.pr.gov.br

pela SEP para formar o novo formato deste documento que já foi aprovado. Na 3ª etapa, é uma nova ferramenta, o Plano Operacional trata das Metas do PDPZO, seja de gestão, operacional e administrativa. A novidade é que, no novo formato, o Plano Operacional estabelece um cronograma para poder seguir as metas. No material consta todas as metas para 2014 e nos próximos anos, divididas em curto, médio e longo prazo. Salientou que a revisão do PDZPO deve ser feita a cada 02 anos, conforme determina a Portaria 003/2014. A 4ª etapa foi a Atualização de Dados da Base Georeferenciados, que é a coleta de uma imagem via internet onde é possível fazer um cadastro e ter todas as informações dentro da área do Porto. A 5ª etapa fala sobre o Zoneamento, não foi feita muitas alterações, apenas ajustes com base nas mudanças que ocorreram no Porto, inclusive prevendo o setor turístico que o Porto já iniciou os projetos e as outras marcações são possíveis investimentos futuros. Por fim, salientou que este documento foi aprovado pela Comissão do CAP em 28/11/2014 e o foi encaminhado à SEP dentro do prazo estabelecido. O Conselheiro Juarez pediu a palavra, primeiramente agradeço a disponibilidade do material na íntegra, mas que notou algumas lacunas e solicitou uma reunião com a APPA, para poder apontar quais pontos deveriam estar contidos no documento, como por exemplo, algumas destinações de área leste do Porto, que acabaram não sendo contempladas. O Conselheiro Luiz Henrique pediu para que o Conselheiro Juarez traga os pontos no documento anterior a serem revistos. A Conselheira Maria do Socorro pediu a palavra para enfatizar a maneira democrática que a Administração do Porto, que acatou as opiniões de todos os que participaram dos estudos e jamais impôs de modo arbitrário seu posicionamento, mesmo quando era contrário. Nesta oportunidade, gostaria de deixar claro que é totalmente contra qualquer posicionamento negativo com relação a APPA e seu posicionamento, bem como, extinguir qualquer culpa da Administração por eventos futuros que prejudiquem o Porto. O presidente solicitou ainda que fique registrado os cumprimentos de todos os Conselheiros do CAP de Paranaguá frente a postura do Conselheiro Luiz Henrique, abrindo para discussão apesar de ter a prerrogativa de decisão. Dando seguimento, passou-se a discutir sobre o tema seguinte, o Projeto executivo do Pier em T. O Conselheiro Luiz Henrique expôs para este projeto foi contratada uma consultoria para estudos de engenharia e setor ambiental. O Presidente explicou que faz muitos anos que não são direcionados investimentos federais para Paranaguá e que vai defender dentro do PAC 3 que este investimento é de suma importância para o Porto, haja vista, que em terra não há mais para onde expandir e por isso a necessidade de utilizar a área disponível em água. O Conselheiro Luiz Henrique expôs que as premissas do projeto são potencializar a capacidade de Paranaguá e para isso o Pier em T teria uma capacidade bem flexível e uma estrutura possível de aprofundamento. A concepção principal do projeto é não desmanchar o que está pronto, mas proporcionar ao usuário um melhor pulmão, em função disso, foi feito um estudo de sondagem por uma empresa

bem conceituada. Sobre a Pedra da Palangana, dentro do projeto atual é possível visualizar seu corte e derrocada, tendo em vista que o processo de licenciamento ambiental já está bem adiantado. O projeto abrange os requisitos de controle que a Receita Federal exigiu para os novos berços, para um controle do fluxo das balanças em tempo real. As exigências ambientais estão sendo seguidas a risca e da maneira conceitual foi feito uma serie de estudo de sondagem e também de manobralidade, com oportunidades de ensaios, acompanhados pela Marinha e pela Praticagem. O Sr. Moniz pediu a palavra e primeiramente deixou claro que a Praticagem não é contrária a qualquer investimento no Porto, só quer alertar sobre possíveis problemas que podem acontecer futuramente em função desse projeto, sejam problemas com a quantidade de rebocadores e com as suas capacidades de tração que podem não ser adequadas com visto na simulação feita, seja pelos tempos das manobras que serão bem maiores do que acontece hoje, dificultado a utilização das janelas de maré, com isso, é possível haver problemas de bacia de evolução principalmente para os navios que atracam no terminal de contêiner, ou ainda, porque podem haver uma diminuição nas áreas de fundeio próximo ao Porto, trazendo dificuldade nas dragagem de aprofundamento, deixando o canal mais profundo do que a área externa. O Conselheiro Luiz Henrique enfatizou que as colocações do Sr. Moniz foram anotadas e que ele tocou num ponto importante, inclusive que envolve a Poligonal, porem, o aspecto relevante para a gestão é que em 20 anos os investimentos anunciados não passaram de ideias e sonhos e que nesta gestão estamos tentando resgatar a estagnação e transformar sonhos em realidade, que serão possíveis somente com projetos bem feitos e os licenciamentos ambientais necessários. O presidente esclareceu que sobre a dragagem e o aprofundamento, o edital deve estar sendo publicado em definitivo nesta data e em conversa com o Conselheiro Luiz Henrique ficou acordado que será realizada uma reunião em caráter emergencial, contando com a presença do Sr. Domenico, Diretor do INPH, um representante da SEP e a Autoridade Marítima para discutir os reajustes para este edital. O presidente salientou que o Calendário para as Reuniões Ordinárias do CAP para o ano de 2015, serão mantidas na penúltima quinta feira de cada mês. Por fim, a próxima reunião ficou agendada para o dia 26 de fevereiro de 2015. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos, sendo esta Ata lavrada lida e aprovada por todos os Conselheiros presentes assinada em lista anexa.



CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161

Cep: 83203-800 - Paranaguá - PR

Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420 -1360

www.autoridadeportuaria.pr.gov.br

E-mail: cap.pgua@appa.pr.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

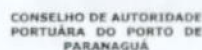
1º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA - CAP

DATA: 22 DE JANEIRO DE 2015.

HORA: 09:30

PARA CONSELHEIROS

Nome	Entidade	Assinatura
PITR DEE	PM PGUA	
Luiz Avidino	ABR	
LOURENÇO FREGONES	A.P.P.A	
LUIS TEIXEIRA DA SILVA	APPA	
Carlos A. Tortato	SIND. Conferentes	
MONIZ DE ARAGÃO	PRATICAGEM	
Manoel do Passaro	CAP	
JUAN CARLOS MORAES	ABTP	
BLASIO JOSE MACHADO	ACIAP	
RÉGIS PRUNZEL	ABTP	
Zulmira A. Bosio	A.E.B.	
ANDRÉS B. PARRA	SUA / MADA	
ANTONIO PACHECO	CPPR	
AYSON AGUIAR	SIND. MTS	
ADRIANO GENTILE	ABTDA	



E-mail: cap.pgua@appa.pr.gov.br